



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

PORTARIA Nº 773, de 21 de setembro de 2007.

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS, no exercício da Presidência, usando das atribuições que lhe conferem o art. 131, inciso X, da Lei 1.284, de 17 de dezembro de 2001, e. 349, inciso X, do Regimento Interno, e na conformidade da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

### I-APROVAR

o **Relatório de Gestão Fiscal** no segundo quadrimestre do ano de 2007, na forma dos Anexos I e VII, em atendimento à Lei Complementar nº 101/2000.

### II-DISPONIBILIZAR

o relatório referido no inciso antecedente por meio eletrônico no Diário Oficial e na Internet do Tribunal de Contas do Estado, para amplo acesso ao público, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000.

III-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, aos 21 dias do mês de setembro de 2007.

Conselheiro **NAPOLEÃO DE SOUZA LUZ SOBRINHO**  
Vice-Presidente no exercício da Presidência



ESTADO DO TOCANTINS - PODER LEGISLATIVO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS LIMITES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2006 A AGOSTO/2007

LRF, art. 48 - Anexo VII			RS
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>			
	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>	
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	29.200.152,20		1,11%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,24%	32.682.398,26		1,24%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 1,18%	31.100.997,89		1,18%
<b>DÍVIDA</b>			
	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>	
Dívida Consolidada Líquida			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
<b>GARANTIAS DE VALORES</b>			
	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>	
Total das Garantias de Valores			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>			
	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>	
Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
<b>RESTOS A PAGAR</b>			
	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	<b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos			

FONTE: Secretaria da Fazenda - RCL/Contabilidade-Balancete/Coofi

Napoleão de Souza Luz Sobrinho  
Vice-Presidente no exercício da Presidência

Raimundo Nonato de Araujo Sousa  
Diretor de Orçamento Administração e Finanças

Luciano Sampaio Moreira  
Encarregado de Serviço de Contabilidade

Joana Dark de Sousa  
Diretora de Controle Interno



ESTADO DO TOCANTINS - PODER LEGISLATIVO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2006 A AGOSTO/2007

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SET/2006 A AGO/2007	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	30.931.355,92	
Pessoal Ativo	26.149.024,58	
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.782.331,34	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do Art. 18 da LRF)		
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF)</b>	1.731.203,72	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	112.937,71	
Decorrentes de Decisão Judicial	1.092.074,74	
Despesas de Exercícios Anteriores	187.289,83	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	338.901,44	
<b>TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)</b>	29.200.152,20	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	2.635.677.279,03	
<b>% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV)* 100</b>	1,11%	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,24%</b>	32.682.398,26	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 1,18%</b>	31.100.991,89	

FONTE: Secretaria da Fazenda - RCL / Contabilidade-Balancete/Diame/Diafi/Coofi

<sup>1</sup> Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.

Nota: Durante o exercício, somente são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar

não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em :

- Despesas Liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Napoleão de Souza Luz Sobrinho  
Vice-Presidente no exercício da Presidência

Raimundo Nonato de Araujo Sousa  
Diretor de Orçamento Administração e Finanças

Luciano Sampaio Moreira  
Encarregado de Serviço de Contabilidade

Joana Dark de Sausa  
Diretora de Controle Interno